

TRABALHADORES DA PESCA E A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ-PA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA RODOVIA PA-136*

Elida Moura Figueiredo**

Lourdes Gonçalves Furtado***

Edna Ramos de Castro****

RESUMO

O texto aborda uma discussão sobre os problemas socioambientais identificados a partir de pesquisa de campo na comunidade de São João do Abade, Distrito do Município de Curuçá, localizado na área conhecida no Estado do Pará como Zona do Salgado. O município em questão, desde 2002 integra a área da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande, local onde a pesquisa foi realizada identificando-se uma série de impactos e conflitos relacionados de alguma maneira à ampliação e asfaltamento da PA-136, Rodovia estadual que liga os municípios de Castanhal e Curuçá. Na maioria dos casos, os problemas identificados estão ligados principalmente aos recursos aquáticos locais, e os mais recorrentes são: disputas por pontos de pesca, roubos de embarcações, prática constante de técnicas predatórias de pesca e coleta, degradação e ocupação desordenada de áreas de manguezais, prostituição e aumento considerável nos últimos anos do consumo de álcool e drogas no meio pesqueiro.

Palavras-chave: Pesca - Amazônia. Estradas - Amazônia. Impactos Socioambientais. Pesca - Conflitos. Meio Ambiente.

* Artigo escrito a partir de pesquisa realizada no segundo semestre de 2006 para a dissertação de mestrado intitulada "Uma estrada na Reserva: impactos sócio-ambientais da PA 136 em Mãe Grande, Curuçá-PA", de autoria da primeira autora sob orientação das co-autoras. A dissertação foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da UFPA/Embrapa/Museu Goeldi, e defendida em dezembro de 2007.

** Bibliotecária; Especialista em Educação Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente da UFPA; Mestre em Ciências Ambientais pelo PPGCA/UFPA; Bibliotecária da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT-PA). E-mail: elidapa@yahoo.com.br ou elida.figueiredo@sedect.pa.gov.br

*** Historiadora; Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP); Pós-Doutorado pela Centre National de la Recherche Scientifique (1995) e Centre de Recherches Sur Le Bresil Contemporain (1995); Pesquisadora Titular do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), no Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG). Belém/PA. E-mail: lgfurtado@museu-goeldi.br

**** Socióloga; Doutorado em Ciências Sociais pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1983); Pós-Doutorado pelo Centre National de la Recherche Scientifique (1994); Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém/PA. E-mail: edna@amazon.com.br

**FISHING WORKERS AND MARINE RESERVE EXTRACTIVE MÃE GRANDE OF CURUÇÁ-PA:
SOCIALS AND ENVIRONMENTALS IMPACTS OF HIGHWAY PA-136**

ABSTRACT

The text broaches a discussion about the social and environmental problems identified from the field research at the community of São João do Abade, District of the Municipality of Curuçá, located at the area known in the State of Pará as Salty's zone. The Council in question, since 2002 includes the area of the Extractive Reserve Navy Mãe Grande, where the research was realized identifying many impacts and conflicts related in some way to expansion and asphaltting of the PA-136, Highway which links the municipalities of Castanhal and Curuçá. In most cases, the problems identified are mainly related to local water resources, and most applicants are: for points of fishing disputes, theft of boats, constant practice of techniques predatory fishing and gathering, degradation and disorderly occupation of areas of mangroves, prostitution and increased considerably in recent years the consumption of alcohol and drugs in the fishery.

Keywords: Fishing - Amazon. Roads - Amazon. Social and Ambient Impacts. Fishing - Conflicts. Environment.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda parte dos resultados de pesquisas realizadas para a Dissertação de Mestrado intitulada "Uma estrada na reserva: impactos socioambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá-PA", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O Projeto que deu origem a esta pesquisa, está inserido num projeto maior intitulado *Populações tradicionais haliêuticas - impactos antrópicos, uso e gestão da biodiversidade em comunidades ribeirinhas e costeiras da Amazônia Brasileira (RENAS)*¹ e surge a partir do *Diagnóstico Rápido Etnoecológico* realizado, em 2003, pela equipe multidisciplinar do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande (RESEX Mãe Grande), localizada no município de Curuçá, área costeira do estado do Pará, região Norte do Brasil.

Neste sentido, este artigo traz informações levantadas na comunidade de São João do Abade em Curuçá, área de grande produção pesqueira do estado do Pará. Os informantes são pescadores da referida comunidade, que atuam na pesca artesanal na área da RESEX Mãe Grande e seu entorno. Eles têm sua subsistência ligada aos recursos naturais locais, principalmente os relacionados ao mar, rios, lagos e igarapés da região.

O trabalho norteou-se a partir de informações sobre os problemas sociais e ambientais existentes na comunidade, os quais tivessem relação com a principal estrada da região, a Rodovia PA-136, via terrestre que liga o município de Castanhal a Curuçá na área conhecida como Zona do Salgado do Pará.

A partir de leituras realizadas no início das pesquisas percebeu-se que as estradas têm papel

fundamental na relação homem x ambiente x degradação. Pois, surgindo com o intuito de dar acesso às áreas isoladas da Amazônia, na sua trajetória, elas vêm impulsionando ciclos viciosos de empobrecimento das populações e de ecossistemas na região, contribuindo de forma significativa para a expansão da fronteira da degradação, o que pode ser constatado em imagens de satélite veiculadas anualmente na mídia, ao se avaliar as taxas de desmatamento na Amazônia. Boa parte desse problema ocorre em áreas próximas e ao longo das rodovias, sejam elas pavimentadas ou não.

A relação entre estradas e devastação é histórica e permite estabelecer projeções de impactos da pavimentação dessas estradas previstas em Programas do Governo Federal e Estadual, como é o caso do Avança Brasil² (NEPSTAD, 2000), desde 2001, e atualmente o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³, que prevê entre outras ações desenvolvimentistas, investimentos em infraestrutura de transportes, e implantação de terminais hidroviários na Amazônia até 2010.

No Pará, uma dessas estradas é a PA-136, objeto de estudo deste trabalho. A rodovia em questão, atualmente possui um *status* de estadual, interligando municípios importantes na região nordeste do Estado, tornando-se um exemplo de estradas que são construídas, alongadas e asfaltadas com a finalidade de facilitar o acesso às áreas distantes dos centros urbanos, mas que nem sempre exercem, apenas, esse papel.

Assim, este estudo teve como base o trabalho de campo *in situ* na comunidade de São João do Abade em Curuçá-PA, onde se utilizou uma metodologia básica, a partir da observação sistemática direta através do trabalho de campo

As características do solo do município de Curuçá são predominantemente de solo latossolo amarelo⁴, textura média, *Concrecionário Laterítico*⁵ e solos indiscriminados de mangue (FURTADO et al., 2003).

Sua cobertura vegetal original, formada pela floresta primitiva, foi removida em consequência dos desmatamentos, ocorridos de forma intensiva e extensiva, para o plantio de espécies agrícolas de subsistência, ou mesmo simples ocupação dos terrenos ao longo da PA-136 e em áreas de florestas de mangue ou manguezais próximas aos

vilarejos do município que ocupam as porções litorâneas e semi-litorâneas, onde existe a influência da salinidade da água do mar. Por causa disso, atualmente, o predomínio da cobertura florestal do Município é formado por florestas secundárias, são aquelas resultantes de um processo natural de regeneração da vegetação, em áreas onde no passado houve corte raso da floresta primária. Nestes casos quase sempre as terras foram temporariamente usadas para agricultura ou pastagem e a floresta ressurgiu espontaneamente após o abandono destas atividades (BASTOS, 2003).

2.1 O DISTRITO DE SÃO JOÃO DO ABADE

Segundo Torres (2004) a localização geográfica do Abade no estuário amazônico na foz do rio Muriá, a torna propícia à atividade pesqueira. A presença de barcos de tamanhos variados e pertencentes as Colônias de Pesca de Bragança (Z-17), Maracanã (Z-7), Marajó-Soure (Z-1), São Caetano de Odivelas (Z-4), entre outras, que chegam e saem a todo o momento, dos pequenos portos locais, além da grande quantidade de currais, redes, canoas e pequenas embarcações a vela, que podem ser vistas no rio em frente ao Abade, revelam a força da atividade pesqueira na área.

Atualmente, o Abade é considerado um dos entrepostos de pesca mais importantes do nordeste do estado do Pará, e seus principais portos são: Jenipapo, do Mercado Central, e o da CAMPASA. Estes portos são os pontos mais procurados para o desembarque do pescado naquela área, revelando um importante papel na atividade pesqueira da Zona do Salgado e na economia do município de Curuçá. Nestes portos, é comercializada toda a produção de pescado, tanto para consumo local, bem como o produto que segue para outras regiões do estado (Bragança, Castanhal e Belém), além do que segue

para fora do Pará sendo vendido para o Maranhão e Ceará. É comum a presença diária dos caminhões frigoríficos (carros-baús, como são conhecidos no local) que saem todo momento, abarrotados com peixes eviscerados e acondicionados em gelo para o transporte em longas distâncias.

São João do Abade é uma típica vila amazônica, que reúne um conjunto de relações entre os indivíduos, existentes nas mais diversas categorias sociais, tais como: município, mercado, circulação, trocas materiais e intercâmbios imateriais, hábitos, tradição, vizinhança, compadrio, crenças, entre outras, que expressam um processo de territorialidade particular e transformador do seu espaço num *âmbito territorial* de processos sociais, os quais são representantes da apropriação daquela porção do espaço geográfico pelos grupos sociais que ali vivem formando suas redes de relações.

É uma pequena vila, com um centro comercial que concentra a Igreja, o velho e o novo mercados municipais, este último construído em 2007 e inaugurado em 2008. Próximo aos mercados há a praça considerada o marco inicial do município, onde existe um

monumento à sua criação. De lá se vê o Porto do Mercado com muitos barcos ancorados (Fotografias 1 e 2), de onde desembarcam todos



Fotografia 1 - Embarcações ancoradas no porto do Mercado.

Fotos: Pesquisa de Campo, 2006.

Na orla do Abade, é interessante notar as redes de pesca penduradas nas árvores, formando um cenário típico da região presenciado todos os dias pelos moradores e visitantes, após o desembarque e a comercialização da produção.

A vegetação da região é constituída de florestas secundárias, em geral causadas por queimadas e derrubadas, feitas em várias áreas utilizadas quase sempre, para construção de moradias e agricultura de subsistência.

Com a madeira retirada do mangue é feito o carvão e usada na construção de currais⁶.

Em informações levantadas nos mapas da prefeitura do município, o rio Mocajuba formado pelo Igarapé Pimenta separa Curuçá de São Caetano de Odivelas, e atravessa também os distritos de Nazaré do Mocajuba e Murajá, vindo desembocar no Oceano Atlântico (TORRES, 2004).

os dias parte do pescado vendido para os caminhões frigoríficos que levam a produção diária de peixes.



Fotografia 2 - Comercialização de peixes no porto do Mercado.

Para chegar ao Abade por terra, é preciso seguir a PA-136, rodovia estadual que sai de Castanhal, passando por outras pequenas localidades, atravessando o município de Terra Alta, até Curuçá.

No trajeto entre Castanhal e Curuçá, podem ser visualizadas áreas com vegetação rasteira (capim, grama), outras com vegetação secundária e muitas totalmente queimadas. A população que vive nos lugarejos formados ao longo da estrada, com o passar dos anos tem tido muitas perdas em seu patrimônio ambiental, principalmente com relação às árvores frutíferas. São mangueiras (*Mangifera indica*), cajueiros (*Anacardium occidentale*), taperebazeiros (*Spondias mombim*), goiabeira (*Psidium guajava*), coqueiros (*Cocos nucifera*), laranjeiras (*Citrus sinensis*), caramboleiras (*Averrhoa carambola*), entre outras que produzem frutos todos os anos, complementando a alimentação dos habitantes, e muitas vezes, gerando renda alternativa para essas pessoas. Não obstante esse fato persiste

em vários trechos da PA-136, pequenas bancas que comercializam frutas regionais oriundas de plantações familiares das propriedades dos povoados localizados ao longo da estrada.

Outro ponto interessante a ser ressaltado é a existência dos vários povoados surgidos por toda a PA, desde Castanhal até Curuçá. Com

exceção de Mocajubinha, Ananin e São Pedro, todos os vilarejos são identificados pelo quilômetro da estrada onde surgiram (Vinte e Hum, Trinta e Nove, Quarenta e Dois, Cinquenta e Oito, entre outros) e não por um nome dado pelos moradores, revelando um surgimento espontâneo dessas comunidades sem nenhum planejamento.

2.2 A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

Mãe Grande é uma reserva extrativista, legalmente constituída que abrange uma área aproximada de 37.062 hectares.

Povoada por 52 comunidades tradicionais de pescadores e agricultores, possui um centro urbano composto pela junção da sede do município de Curuçá com o Distrito de São João do Abade, área em visível crescimento, com uma população estimada em mais de 11 mil habitantes (IBGE, 2007).

Os recursos naturais da região encontram-se, diretamente, ligados a ação da atividade pesqueira industrial e artesanal, com possibilidades concretas de abrigar a construção de um grande porto já conhecido no estado como Terminal Marítimo do Espadarte, que servirá para o escoamento nacional de produtos como: Grãos, Minério de Ferro, Minério de Manganês, Ferro Gusa e Cobre, fato que vem sendo amplamente discutido nos últimos meses no município e no estado do Pará.

Segundo informações da Companhia das Docas do Pará (CDP), o futuro terminal será construído nas coordenadas 00° 33' 17" S e 47°53' 51" W. Essa localização aponta para a

ilha dos Guarás na costa norte do município de Curuçá a 70 km da cidade de Castanhal e 140 km de Belém. Nessa área, encontra-se um arquipélago formado na foz do rio Curuçá, composto de três ilhas (Guarás, Ipomonga e Mutucal) com 5.111 ha aproximados.

Essa área faz parte da RESEX Marinha "Mãe Grande", que é considerada uma das mais importantes Unidades de Conservação (UC) localizadas na costa amazônica. Sua área abrange 37 mil hectares de estuário⁷, povoada por seis mil pescadores e suas famílias, instaladas em comunidades localizadas nas ilhas, próximo a furos, rios, praias e manguezais da região.

Criada em 2002, "Mãe Grande" é uma das UC nacionais que se inserem na classificação do Governo Federal como de uso sustentável - cujo objetivo legal é conciliar a manutenção dos meios de vida da população tradicional que vive na sua área à conservação de recursos naturais renováveis locais.

O mapa 2, mostra o município de Curuçá, e como pode ser percebido na imagem, a RESEX Marinha Mãe Grande se distribui por praticamente todo essa área.

3.1 PROBLEMAS COMUNS DA COMUNIDADE

Em informações levantadas nas entrevistas, constatou-se problemas comuns os quais afetam qualquer comunidade que tem na sua base de subsistência os recursos naturais. Entre eles, os

mais recorrentes identificados residem em questões relacionadas ao cotidiano dos moradores, ou seja, na pesca, na coleta, na retirada de madeira do mangue. São eles:

3.1.1 Exploração intensa e desordenada

O peixe falhando, devido à exploração intensa e desordenada do pescado por barcos industriais e alguns pescadores artesanais que vêm utilizando técnicas predatórias para a captura dos recursos ictiológicos.

O caranguejo (*Ucides cordatus*) já encontra-se em risco de extinção pela utilização de técnicas predatórias e exploração desenfreada pela ganância do homem em busca do lucro fácil, sem levar em consideração a preservação dos recursos naturais para o consumo dele próprio e das gerações futuras.

3.1.2 Aparecimento dos *piratas* ou *ratos d'água*

Alguns casos de violência, seguidas de morte entre pescadores foram relatados por informantes, nos períodos da pesquisa de campo.

Esta situação, segundo os moradores, vem crescendo de forma considerável nos últimos anos, os motivos são os mais variados, e vão desde conflitos em virtude de roubos de material de pesca, até bebedeiras e frequente consumo de drogas como a maconha (*Cannabis sativa*) e a pasta de cocaína, atualmente muito presente entre pescadores mais jovens e o grande consumo de bebidas alcoólicas como cachaça e os conhaques mais baratos, conhecidos entre eles por "buchudinhas". É comum encontrar pequenas plantações de maconha nessas comunidades. Segundo relatos de alguns pescadores, em Mocajubinha, existe uma área onde tem uma grande plantação com maconha, e lá mesmo a erva é comercializada entre os pescadores. Esse fato contribui sensivelmente para o aumento da violência no setor pesqueiro.

Para Oliveira (2005), os problemas de assalto sempre acontecem entre os pescadores, mas os roubos com violência são em menor grau. Em casos relatados em pesquisa de campo no Distrito de Icoaraci, em Belém, nos últimos anos, ocorreram várias situações de roubos de apetrechos de pesca, e o aumento no consumo de drogas no meio pesqueiro local é sempre apontado como um dos fatores que vêm contribuindo para o aumento da violência na região.

A autora, destaca, ainda, dois tipos de situações relacionadas a violência no meio pesqueiro, a frequência dos roubos em áreas próximas ao litoral, em geral são relatados como roubos entre pescadores, ou seja, um pescador rouba os apetrechos de outro pescador. A outra situação é a ação de bandidos saqueadores de embarcações durante as pescarias, conhecidos no meio, como "piratas" ou "ratos d'água". Eles atacam as embarcações roubando e utilizam quase sempre, a violência física praticada num grau bem maior, interferindo no desempenho das atividades dos pescadores.

Durante a pesquisa em Curuçá, foram relatados casos que ocorreram próximo ao Abade, no Marajó, em Colares e Icoaraci.

Em alguns destes casos, os profissionais da pesca, perderam além dos seus apetrechos, a produção, muitas vezes, de vários dias de pescaria, além dos motores das embarcações, e tendo acontecido até mesmo de barcos terem

sido levados com tudo dentro. Nestes casos, os tripulantes são jogados ao mar e deixados a deriva. Segundo alguns pescadores, a produção da pesca, tem sido o alvo frequente de roubos pela facilidade de comercialização, daí o surgimento de suspeitas entre os entrevistados de que muitos destes ladrões sejam pescadores conhecedores da região.

3.1.3 Roubo de instrumentos e arreios de pesca

Foram relatados na pesquisa vários casos de desaparecimento de instrumentos de pesca, alguns destes ocorreram no período do levantamento dos dados no Abade. As situações colocadas sempre eram relacionadas a roubos de embarcações dos portos locais. Alguns dos casos envolvendo violência contra pescadores. Foram muitos os relatos, e segundo alguns deles, há situações em que os donos de barcos se reúnem e contratam vigias para os barcos nos períodos em que eles ficam parados nos portos, comercializando o pescado e se preparando para voltar ao mar em pescarias de fora, aquelas que demoram de 20 à 30 dias, ou até mais.

Essa nova função na pesca, a dos vigias de embarcações, no Abade, é remunerada, quase sempre através de diárias que variam de 10 a 15 reais por cada embarcação vigiada, mais a "bóia" do dia (2kg de peixe para o almoço). Esses vigias passam a noite rondando as embarcações, armados e com autorização dos donos para atirar em qualquer pessoa estranha que for vista próxima aos barcos.

Segundo um dos pescadores entrevistados, os roubos são frequentes no Abade, em seu relato, afirmou já ter sido roubado várias vezes, em uma

delas ele e seus companheiros foram atirados ao mar, onde ficaram várias horas até serem resgatados.

[...] a gente vai e não sabe se volta [...] nesse dia, os piratas chegaro de mansinho, era de tardinha já, umas 6 horinha, ai eles levaro tudo, até o nosso barco, jogaram a gente na água, e foram embora levando tudo [...] eles eram 5, tudo armado [...] levaram até o que a gente já tinha pescado [...] de madrugada passou um barquinho e a gente gritou, gritou até eles ouvi a gente. A gente teve muita sorte, porque o tempo que a gente ficou lá, se salvamo todos. Foi muita sorte mermo [...] essa foi uma das ultima vez que eu fui pesca fora. Fiquei com medo de morrê longe da família. Hoje só saio pra pescar aqui por perto, já to aposentado mermo, não vivo mais só de pescá. (Pescador, 70 anos, morador do Abade)

Nesse relato, pode-se perceber a ação dos ladrões em alto mar, e o trauma deixado no pescador em virtude da violência descrita em quase todas as situações de ataques dos "piratas". Em alguns relatos, pescadores chegaram mesmo a abandonaram a "pesca de fora" com receios de morrer longe dos seus familiares.

3.1.4 Grandes áreas do entorno da PA-136 desocupadas e queimadas, caracterizando um processo inicial, e em alguns casos avançado de degradação ambiental

A Constituição Federal de 1988 determina em seu art. 225, § 1º, IV, que o Poder Público está incumbido de "exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade" (BRASIL, 1990). É onde são avaliadas todas as obras e atividades passíveis de causar deterioração séria ao meio ambiente.

No Abade o processo de ocupação das áreas próximas a PA-136 vem se dando de forma acelerada. Durante o período da pesquisa, era fácil perceber construções recentes e muitas áreas

queimadas, a cada nova ida a comunidade. Em alguns trechos da estrada só se avistava a floresta muito distante da rodovia central.

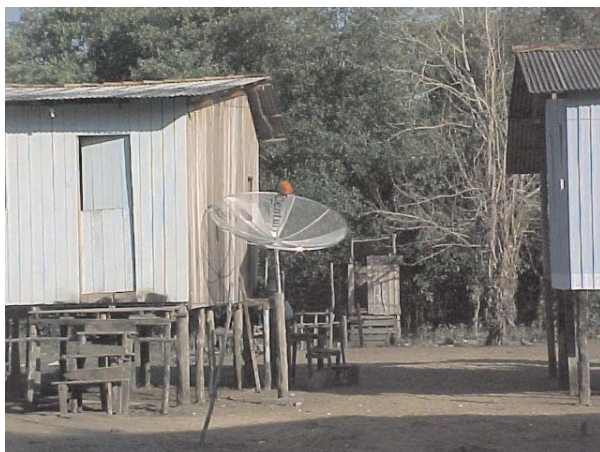
Os ramais, ou estradinhas de terra são constantes em todo o trajeto da PA-136, desde Castanhal, passando por Terra Alta, até chegar à Curuçá, especificamente ao Abade. A presença de muitos ramais caracteriza um processo de ocupação avançado em vários trechos da rodovia. Esse fato é demonstrado no Novo Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia, ao revelar que o nordeste do estado do Pará integra uma das áreas mais desmatadas do estado⁸.

3.1.5 Áreas de ocupação espontânea

Favorecidas pela melhoria da PA-136 e a existência de uma fábrica de gelo da empresa de pesca CAMPASA S.A., são inúmeros os terrenos ocupados de forma desordenada e em muitos casos de forma ilegal no Abade. Nas idas à comunidade, pôde-se levantar três grandes áreas consideradas pelos próprios moradores como invasões: os bairros Bragantino (ver fotografias 4 e 5), Bigolândia e Bairro Novo, os quais foram se constituindo em áreas próximas ao manguezal. Boa parte das residências já se encontra dentro do mangue, inclusive sofrendo com as alagações no período de maré alta. Segundo os moradores, a facilidade de acesso ao Abade trouxe uma grande quantidade de pessoas que resolveram ficar. Muitos visitantes chegaram, e foram se instalando nas áreas próximas ao mangue, a ocupação

Bigolândia é um exemplo dessas invasões apontadas pelos próprios moradores da área.

São ocupações desordenadas fruto de migrações internas na área da Reserva e externas por parte de pescadores oriundos de outras localidades (Bragança e Viseu) que migram para o Abade e constroem suas habitações em área de mangue, isso implica no corte e queimada da vegetação e ocasionando a criação de bairros na beira da estrada e dentro do manguezal sem a mínima infraestrutura, com total carência de equipamentos e serviços urbanos (postes de iluminação elétrica, saneamento básico, pavimentação das ruas, etc.), conseqüentemente, gerando um processo de favelização bastante visível no entorno do Abade.



Fotografias 3 e 4 - Ocupação numa área de manguezal no Abade conhecida como bairro Bragantino onde moram pessoas vindas principalmente do município de Bragança, em busca de trabalho na pesca.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Em geral, os moradores ocupantes destas áreas, afirmam não ter onde morar e de lá não serem tirados. Segundo vários depoimentos eles dizem que “[...] o mangue é terra de ninguém [...] lá a gente pode ficar [...] ninguém vai querer isso aqui mermo [...] aqui é alagado, e não tem dono”.

Esse tipo de argumento e de ação é notado na grande maioria dos ocupantes de áreas de mangue na região do Abade. Nesse discurso,

percebe-se a ausência do poder público no sentido de alertar a população para a importância da sobrevivência dos manguezais, pois ele é essencial para subsistência das famílias que vivem próximas. Nesse sentido, seu equilíbrio é vital do ponto de vista ambiental e econômico para estas comunidades, principalmente as que sobrevivem da pesca artesanal e da coleta, neste caso, para quase a totalidade das famílias residentes no Abade e nas comunidades da RESEX Mãe Grande em Curuçá.

3.1.6 Técnicas de pesca predatória

A primeira técnica de pesca predatória citada nas entrevistas é a “fuzaca”, que mata grande quantidade de peixes, principalmente os miúdos sem valor comercial. Consiste em um grande puçá, originado com pedaços de rede de arrasto da pesca industrial, a qual é colocada na beira de canais e rios. Essa modalidade de pesca é feita durante a maré de lanço (marés um pouco maiores que as normais). Segundo os pescadores entrevistados essa técnica foi trazida pra o Abade por pessoas que vindas do Maranhão trabalhar na pesca local e acabaram por se instalar na região.

Outra técnica de pesca predatória citada é a “estacada”. Essa modalidade vem ocorrendo principalmente na praia do Lombo, próximo à Romana, uma das ilhas da região. Consiste na colocação de redes em grande quantidade, presas em estacas próximas umas das outras, causando uma confusão de fios que se misturam gerando ineficiência no resultado da produção e grande mortandade de peixes, inclusive aqueles sem valor econômico, e gerando conflitos entre os pescadores.

3.1.7 Disputa de terras

Nos relatos dos entrevistados, foram levantadas informações sobre os casos de disputa de terra entre moradores antigos e empresários

criadores de gado que ocupam grandes áreas antes utilizadas, apenas, para a extração de frutas regionais como bacuri, manga, caju, entre outros produtos.

3.1.8 Roubo de peixes dos currais e de caranguejos do mangue local

Segundo os pescadores informantes, essa prática é constante por parte de muitos turistas e pessoas de fora da comunidade. Vários depoimentos deram conta desse tipo de roubo na região, afirmando que moradores principalmente de São Caetano de Odivelas, foram surpreendidos no meio do manguezal retirando grande quantidade de caranguejos. Nesse processo, são armados⁹ ranchos no meio do mangue, onde eles ficam por até sete dias retirando o produto e depois indo embora deixando uma clareira no lugar onde as tendas são levantadas.

Estes e outros problemas vêm ocasionando vários tipos de tensões e/ou conflitos naquela

região, provocando transformações e mudanças na relação do homem com o meio ambiente em busca da subsistência, aliada a conservação/preservação dos recursos naturais de forma sustentável, no enfrentamento da finitude de tais recursos, neste caso o pescado, como revelou um dos pescadores entrevistados na pesquisa:

[...] o peixe tá cada vez mais longe [...] tem uns tipo que tá tão difícil de pegá. Antigamente, dava tanto que estragava, a gente dava pros vizinho quando não conseguia vender. Era muita fatura. Dava tanto peixe que a gente não dava conta, nem vendendo e comendo. (Pescador, 69 anos, morador do Abade).

3.1.9 Aumento no consumo de álcool, drogas e da prostituição

A realidade da prostituição e do abuso sexual infantil na região do Abade tem causas diversas. Os fatores estão, na maioria das vezes, ligados às questões socioeconômicas e psicológicas.

Com relação aos fatores econômicos, encontramos casos relacionados à falta de emprego; migração para os grandes centros urbanos; jovens do campo, passando a viver na cidade; mães solteiras com dificuldade na manutenção do filho, entre outras.

As moradias em condições subumanas, os barracos e cortiços, muitas vezes abrigam a

promiscuidade, um caminho aberto para a prostituição que acontece segundo alguns moradores às proximidades dos portos, nos cabarés e na estrada a noite, principalmente nos finais de semana e feriados.

Os fatores ligados ao psicológico das meninas envolvidas neste tipo de atividade são: carências afetivas e traumas que marcam sua infância e adolescência para toda a vida.

Observou-se que a maioria das meninas envolvidas na prostituição possui baixa ou nenhuma escolaridade, além de viverem sem o apoio das famílias. De todo modo, em muitos

casos, pode-se dizer que há certa convivência dos pais com a situação, pois é de onde sai parte do sustento de toda a família.

Segundo recente trabalho do Serviço à Mulher Marginalizada (SMM), há uma legião de meninas vendendo o corpo por desinformação e ilusão, levadas pela ganância de agenciadores (em geral mulheres) e pela mídia. Querem ganhar dinheiro, com baixa escolaridade e sem empregos à vista. Enxergam no comércio do sexo, a única porta para as maravilhas do consumo.

As meninas que convivem com a prostituição no Abade, quase sempre, pertencem a famílias em situação de miséria, desestruturadas, com casos de abandono dos filhos. Elas encontram na prostituição um meio para ganhar o sustento. Algumas já fazem parte da segunda ou terceira geração de mães prostituídas, iniciadas na prostituição na puberdade e adolescência, provocando distúrbios no seu desenvolvimento afetivo e emocional, além de obstáculos no aprendizado escolar básico e nas habilidades profissionais. Em sua maioria são analfabetas ou semi-alfabetizadas.

Em quase todos os casos relatados, essas meninas são rejeitadas socialmente pela

atividade de prostituição e assimilaram de forma profunda os preconceitos e desvalorização social, fatores que agravam as dificuldades de procura e entrada no mercado de trabalho.

No Abade, a prostituição convive com os trabalhadores da pesca quase sempre de forma harmoniosa. São raros os casos de violência contra prostitutas nos portos e nas áreas próximas a PA-136 no Abade. Entretanto, a região apresenta alta incidência de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), entre outros problemas relacionados à saúde da população local, provenientes do alcoolismo e consumo acentuado de drogas, situações comuns entre os pescadores e as meninas que se prostituem nos portos do Abade.

Outra situação bastante comum nesta região é o surgimento de bares onde a prostituição acontece de forma livre, são os chamados *cabarés* ou *casa da luz vermelha*. Estes locais surgem do dia para noite. Nessas comunidades, existem sempre um ou dois *cabarés*. Um exemplo é um cabaré na comunidade de Beira Mar na RESEX Mãe Grande. Segundo alguns pescadores, neste cabaré, a situação relatada acima é comum.

3.1.10 Aumento das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)

No Abade, os casos de DST, ocorrem com frequência, visto a área ser um local de acesso facilitado, e muito procurado principalmente pelas facilidades em comprar grandes quantidades de peixe, além da busca por turistas, pelas belas praias das ilhas próximas.

Nos portos do Abade, os carros baús caracterizam-se em um dos tipos de atravessadores usuários da PA-136, vindos Belém, Castanhal e Bragança para comprar o

pescado trazido de alto mar pelas inúmeras embarcações que aportam os portos da área. Segundo alguns entrevistados, estes carros são também apontados como transportadores das DST que chegam ao Abade, fazendo da prostituição uma das portas de entrada dessas doenças na comunidade.

A relação entre prostitutas, pescadores e alguns motoristas dos carros baús que vêm buscar o pescado no Abade, além dos festões que

acontecem nos finais de semana na comunidade, onde são consumidos de maneira desenfreada por menores e adultos, álcool e drogas, são os grandes difusores deste tipo de doença.

A Secretaria Municipal de Saúde, não confirmou quantos, mas revelou ter alguns casos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA)

ou *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (AIDS) já confirmados do município. O comentário que corre no município, é que em 2006 foram vinte casos, com seis mortes inclusive, em função de problemas surgidos a partir da doença. Entre os pescadores entrevistados, alguns comentaram sobre um pescador morador da praia do Arrombado que estaria contaminado, e que vive lá sozinho.

3.1.11 Processo de urbanização avançado e desordenado

A exemplo de grande parte das comunidades amazônicas, o Abade vem enfrentando a problemática socioambiental relacionada ao longo do processo de urbanização de seus bairros. Igualmente a maioria dos municípios, vilas e povoados da Amazônia que não possuem infraestrutura compatível com o crescimento demográfico local, a comunidade sofre com a carência de

saneamento básico, falta de água tratada para consumo diário, sistema público educacional precário, dificuldades de acesso ao atendimento em saúde pública e insuficiente assistência técnica ao pescador artesanal e ao pequeno trabalhador rural. Estes problemas, entre outras dificuldades vividas na região, demonstram a realidade difícil vivida diariamente pelos moradores.

3.1.12 A construção do Terminal Marítimo do Espadarte

Outro fator importante e muito comentado, que tem reforçado a migração para o Abade é a especulação em torno da possível construção do Terminal Marítimo do Espadarte (ver fotografia 5), divulgado na mídia como o futuro *Terminal Offshore do Espadarte*, o qual, ficará localizado, segundo a Companhia das Docas do Pará (CDP), nas coordenadas 00° 33' 17" S e 47° 53' 51" W, na Ilha dos Guarás, costa norte do município de Curuçá.

Ainda segundo a CDP, nenhum dos portos do estado têm capacidade para escoar o produto de maior exportação do Pará, o ferro de Carajás, por isso esse processo é realizado por ferrovia através do porto de Ponta de Madeira, no Maranhão. Vale ressaltar que, a distância entre Carajás, no Pará e o Terminal de Ponta da Madeira, no Maranhão é de 892km, enquanto de Carajás para o Terminal de Espadarte é de 520km. Isto

representa um diferencial significativo que diminui o custo Brasil e aumenta a competitividade dos produtos paraenses e brasileiros.

Mas, há outro lado nessa situação, pois segundo informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA)¹⁰, a área em questão, enquadra-se nas Áreas Prioritárias para a conservação ambiental, em relação à botânica, invertebrados, biota aquática, répteis, anfíbios, aves, populações tradicionais, povos indígenas, além de ser uma região com novas oportunidades econômicas, principalmente no que tange aos recursos naturais locais e sustentabilidade.

Esta área é responsável por uma grande quantidade de "funções ecológicas" exercidas pelo ambiente (prevenção de inundações, intrusão salina e da erosão costeira, proteção

contra tempestades, reciclagem de nutrientes e de substâncias poluidoras, e provisão de *habitats* e recursos para uma variedade de espécies exploradas, direta ou indiretamente). É uma região considerada como Área Prioritária para conservação de estuários, manguezais, lagoas de praias, dunas de banhados, áreas úmidas costeiras de restingas, quelônios e mamíferos

marinhos, aves costeiras e marinhas, teleósteos demersais e pequenos elasmobrânquios, bentos, plâncton, plantas marinhas entre outros organismos de fundamental importância para o equilíbrio da vida local. Em virtude disso, o impacto da construção de tal terminal será altamente devastador para o ambiente marinho daquela região.



Fotografia 5 - Desenho do Porto "Terminal do Espadarte" divulgado na mídia.
Fonte: CDP (2007).

No Abade, os problemas são recorrentes. Segundo os moradores, não é fácil viver num lugar longe de tudo e de todos, e sem opção, aprende-se a conviver com as dificuldades. Há uma ajuda mútua, uma solidariedade que persiste entre os moradores e/ou pescadores mais antigos.

Um relato interessante que exemplifica muito bem essa solidariedade foi contado por um pescador de 63 anos e sua esposa de 60 anos, moradores do Abade. No período da pesquisa de campo, este casal ainda sofria o luto pela morte do seu filho mais velho, Jorge

de 45 anos. Segundo o pescador, seu filho sofria de “demência”, era especial, tinha crises de loucura, e algumas vezes, fugia de casa e passava dias desaparecido da comunidade. Quando isso acontecia, ele pedia ajuda para amigos e colegas de trabalho na pesca. Saíam então, percorrendo toda a PA-136, principalmente as áreas dos ramais próximos a Curuçá e Terra Alta, em busca do rapaz. Na

última fuga, o rapaz foi encontrado desmaiado numa estradinha perto de Terra Alta, município vizinho e distante 40km de Curuçá.

Essas relações de solidariedade, quase não existem mais, nas grandes cidades, mas em pequenas comunidades como o Abade, ainda podem ser presenciadas e vividas com alguma frequência.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A exploração intensiva dos recursos naturais aquáticos por parte dos possuidores de melhor e maior domínio da tecnologia pesqueira, tem levado ao empobrecimento a classe dos pescadores tradicionais, que muitas vezes sem esclarecimentos e opções se vêem sem saída, e acabam utilizando-se de técnicas predatórias para ter lucro mínimo em relação aos outros companheiros que utilizam maior esforço de pesca com uma tecnologia mais simples e ecologicamente correta.

Por outro lado, na busca por manter a subsistência de suas famílias, em muitos casos o pescador é levado a estabelecer novas formas de parceria, gerando com isso, rendas alternativas em outras frentes de trabalho, quase sempre ligadas a atividade pesqueira ou com alguma relação com a vida cotidiana nessas comunidades (consertos de redes de pesca, vigias de embarcações, operários em fábricas de gelo e beneficiamento de camarão).

Se até algum tempo era possível ignorar os impactos socioambientais, aos quais, estas comunidades estão expostas, hoje se percebe que este comportamento não é mais possível.

Atualmente, as questões e discussões relacionadas ao uso da terra e as mudanças ambientais são vistas com ênfase em temas

ligados a sustentabilidade. Sua importância já está incorporada nas decisões políticas como estratégias e caminhos para alcançar metas públicas.

É importante lembrar, neste contexto, que as especificidades sociais e ambientais próprias às comunidades de pescadores, onde a pesca artesanal, ainda, é praticada tem um papel relevante na economia regional, correspondem a demandas de políticas públicas, efetivas e setoriais visando contemplar sua ‘permanência’ em seus territórios e sua reprodução social como segmento de um contexto mais amplo.

Os desafios são grandes e revelados a todo o momento pelos dilemas da crise ambiental mundial. As situações e segmentos sociais mostrados neste trabalho e percebidos em um nível local anseiam na prática, pela multiplicação de ações e pesquisas científicas que auxiliem na solução dos problemas socioambientais e na busca da compreensão na relação homem X ambiente em qualquer lugar e tempo, além de adequação e revisão dos programas e/ou políticas dirigidas a estas populações. Políticas estas, que devem ser baseadas em conhecimentos tradicionais e científicos de forma conjunta.

Como afirma Furtado (2006), a busca da qualidade de vida para estas populações deve

ser a meta, o fim maior de toda a governabilidade, de todo o gerenciamento da coisa pública, só assim se poderá corrigir a degradação sociocultural a que muitos grupos sociais já estão submetidos.

Nesta pesquisa, foram muitos os problemas relatados na comunidade do Abade, os quais demandam soluções. Resolvê-los, ou pelo menos buscar minimizá-los é papel de cada cidadão, mas é principalmente papel do estado através das políticas públicas voltadas para este setor.

Neste sentido, este trabalho propõe ações que busquem auxiliar em alguns dos problemas percebidos na região da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá:

- 1) Orientar a população local no sentido de revelar a importância da sua participação nas tomadas de decisões e na elaboração de programas e políticas voltadas para o ordenamento e gestão do território e dos recursos ambientais locais no sentido de preservar e buscar a sustentabilidade que favoreça a qualidade de vida da população local, bem como um ambiente ecologicamente equilibrado.
- 2) Elaborar e implementar de forma participativa na área um Programa de Educação Ambiental, a partir de parcerias entre: poder público, escolas, associações, grupos de mulheres e de jovens, instituições de pesquisa que tenham interesses em desenvolver estudos na área, além da comunidade em geral, onde estes segmentos estejam integradas no sentido de promover a educação voltada para proteção do meio ambiente, através do monitoramento e fiscalização ambiental.
- 3) Que sejam criadas formas de capacitação dos moradores para desenvolver um

Monitoramento Ambiental. As pessoas que moram nessas comunidades são as mais indicadas para acompanhar o que está acontecendo com o ambiente onde vivem. Cabe depois aos especialistas sistematizar e interpretar tais dados. Experiências exitosas nesse sentido têm sido feitas, a exemplo, as ações colocadas em prática pela USP/ UNICAMP, através de convênio com o IBAMA, na Reserva Extrativista do Alto Juruá/AC, onde os próprios moradores e usuários fazem o monitoramento dos seus ecossistemas, gerenciando com isso seus recursos naturais.

- 4) As populações tradicionais devem ser esclarecidas no sentido tomar consciência da necessidade de fiscalização do meio onde vivem também por parte deles próprios, uma vez que utilizam os recursos naturais da área. Experiências positivas já estão sendo realizadas nas Reservas Ambientais na Amazônia como é o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no estado do Amazonas, onde a gestão participativa é uma realidade para os moradores e instituições locais.
- 5) Atualmente, está estabelecido que ecologia e economia constituem aspectos de uma mesma realidade, sobretudo em regiões tropicais úmidas como é o caso da região em questão, a utilização não predatória dos recursos naturais depende da inclusão de conhecimentos ecológicos no planejamento do seu desenvolvimento. Desenvolver de forma ecologicamente correta, não pode mais ser uma utopia. A premissa fundamental para o correto encaminhamento desta problemática é dar prioridade ao bem estar social, econômico e cultural das populações que vivem essa realidade. Nesse sentido, o homem da região deve ser um participante da política ambiental elaborada para a sua região.

- 6) Viabilizar estudos em etnobiologia, visando resgatar e preservar técnicas adaptadas de manejo de recursos biológicos desenvolvidos milenarmente pelas populações tradicionais.
- 7) Elaboração de um Plano de Gestão Específico para a RESEX Mãe Grande, através da implantação e da dinamização de um Comitê para os Manguezais, atentando para as diretrizes apresentadas neste trabalho, com o diagnóstico dos impactos sociais e ambientais negativos identificados na área estudada. Uma vez composto o Comitê, servirá de referência para aplicação dos métodos exitosos ali utilizados, nos demais municípios da região costeira do Norte do Brasil, principalmente nos integrantes do corredor das RESEX já em processo de criação, constituindo-se em uma área piloto para as atividades direcionadas à conservação dos recursos ambientais marinhos de Mãe Grande de Curuçá, bem como de outras UC daquela região. Tal Comitê deverá ser participativo e composto por membros de Instituições de Pesquisa Regionais (Biólogos, Antropólogos, Sociólogos, Engenheiros Florestais e de Pesca, entre outros) além de membros de Associações e ONGs locais, Colônia de Pescadores, e a comunidade em geral. As ações devem partir dos órgãos gerenciadores da RESEX, com a participação do seu Conselho Gestor e em comum acordo com o Poder Público local, bem como com a participação da população residente na área da reserva e que se utiliza dos recursos do manguezal em questão.
- 8) Iniciar um processo de restauração das áreas degradadas da região, com ações de reflorestamento utilizando espécies nativas, a partir de levantamentos florísticos e fitossociológicos que reproduzam a floresta nativa com sua elevada diversidade de espécies regionais. O primeiro passo é cessar o processo de degradação. Em seguida iniciar atividades de restauração buscando constituir a floresta o mais próxima possível da realidade existente anteriormente no local, tomando-se os devidos cuidados com as transformações que já ocorreram no ambiente levando a mudanças em espécies da fauna e flora locais. Nas atividades, os moradores locais precisam estar envolvidos através da capacitação de agente nativos, atuando como coletores de sementes e produtores de mudas, só assim a comunidade passará a valorizar e preservar o seu local de viver.

NOTAS

- 1 O Projeto RENAS é desenvolvido na área de antropologia, na Coordenação de Ciências Humanas (CCH) do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), e encontra-se na sua Fase III de atuação, fazendo estudos antropológicos sobre populações haliêuticas da Amazônia, no litoral, estuário e águas interiores do estado do Pará. Atualmente seus trabalhos se concentram na comunidade de Curuçá, município localizado na zona do salgado paraense.
- 2 Programa do Governo Federal de investimentos para implantação de infraestrutura e outras atividades em todo o Brasil, o qual prevê a aplicação de cerca de 43 bilhões de dólares na Amazônia Legal no período de 2000-2007. Do total deste valor, 20 bilhões de dólares estão previstos para serem aplicados em obras com impactos diretos no ambiente (FEARNSIDE ; LAURENCE, 2002, p.60).
- 3 Segundo o *site* do Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br) o PAC é um Programa criado pelo atual Governo Federal, considerado o principal instrumento da estratégia do desenvolvimento, assegurando um crescimento sustentável em médio e longo prazos. Seus principais objetivos são: aumento do investimento público e privado; afirmação de um novo modelo de crescimento; capacitação para enfrentar os

- desafios da globalização “sinocêntrica”; resgate da visão e do planejamento de longo prazo (BRASIL, 2007).
- 4 Solos que apresentam baixos teores de Fe_2O_3 , em sua maioria, abaixo de 7% (SANTOS et al., 2006).
- 5 Fase pétrica de Oxissolo.
- 6 Armadilhas para pegar peixes, muito encontradas nas praias da região costeira do estado do Pará, feita com madeira, geralmente retirada do mangue.
- 7 Região onde as águas de rios interagem com o oceano (PROST; MENDES, 2001).
- 8 Esta informação foi retirada da Palestra “Reflexões sobre o novo mapa de áreas prioritárias da Amazônia”, proferida pela Pesquisadora Dra. Ana Albernaz (CCTE/MPEG) no evento “Conservação da Biodiversidade em Paisagens Florestais Antropizadas”, realizado em Belém no Museu Goeldi, em novembro de 2007.
- 9 Pequenos barracos armados para pequenas temporadas. São construídos com madeira do próprio mangue, e cobertos com palha ou lona.
- 10 Ver informações em www.mma.gov.br.

AGRADECIMENTOS

- Aos pescadores da região do Salgado paraense, especialmente aos moradores da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, que participaram desta pesquisa, como informantes;
- Ao Projeto RENAS, na pessoa da sua coordenadora, Dra. Lourdes Furtado, pesquisadora do Museu Paraense Emilio Goeldi, pelo apoio e colaboração neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- AVIZ, A. **A pesca no nordeste paraense: tensões, conflitos e mudanças no município de Curuçá-Pará.** Relatório Final de Pesquisa. Belém: CNPq/MPEG, 2005. Inédito.
- BASTOS, M. N. C. **Relatório sobre a visita técnica à Reserva Extrativista Marinha “Mãe Grande” de Curuçá.** Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi/Programa de Estudos Costeiros, 2003. Inédito.
- BEGOSSI, A. et al. **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** São Paulo: Hucitec, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010.** Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf. Acesso em: 25 jul. 2007.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antonio C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2002. p.165-182.
- _____. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, A. **Amazônia: terra e civilização.** Belém: Banco da Amazônia, 2004. p.45-78.
- FEARNSIDE, P. M.; LAURENCE, W. F. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avanço Brasil. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, n.6, p.60-66, maio 2002.
- FURTADO, L. G. et al. **Diagnóstico etno-ecológico da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande, Curuçá, Zona do Salgado, estado do Pará.** Relatório de Pesquisa. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2003. Inédito.
- FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D’INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. **Amazônia e a crise da modernização.** Belém: Museu Goeldi, 1994. p.67-74.
- _____. **Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- _____. **Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.** Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.
- _____. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio/ago. 2006.
- GROENINGA, G. A mediação no confronto entre direitos e deveres. **Revista do Advogado**, São Paulo, n. 62, p. 59-63, mar. 2001.
- HARTMANN, W. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução”. In: **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.** 2001, p.125-138. São Paulo: NUPAUB - USP.
- Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 5, n. 9, jul./dez. 2009.

HARTMANN, W. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução. In: **Pesca artesanal**: tradição e modernidade. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. Encontro de Ciências Sociais e Mar. Coletânea de Trabalhos apresentados III. São Paulo, 1989. p.103-118.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 19 set. 2007.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. **Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi, Ser. Antropologia**, Belém, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.

MCGRATH, D. ; CASTRO, F. ; FUTEMMA, C. **Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no baixo Amazonas**: avaliação preliminar. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. (Paper do NAEA).

_____. Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no baixo Amazonas: uma avaliação preliminar. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 389-402.

NEPSTAD, Daniel et al. **Avança Brasil**: os custos ambientais para a Amazônia. Belém: Alves, 2000.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA (OSAL), Buenos Aires, n.1, maio 2000.

OLIVEIRA, M. J. S. **Parceria e pirataria**: uma abordagem etnográfica para novos estudos sobre a dinâmica da pesca na Amazônia. 2005. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

PROST, M. T.; MENDES, A. C. (Org.). **Ecossistemas costeiros**: impactos e gestão ambiental. Belém: Museu Goeldi, 2001.

SANTOS, H. G. et al. Cultivo do arroz de terras altas no estado de Mato Grosso. **Embrapa Arroz e Feijão, Sistemas de Produção**, n. 7, set. 2006, Versão eletrônica.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Uso de recursos por ribeirinhos no médio rio Negro. In: BEGOSSI, A. **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004. p.89-148.

SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (SIPAM). **Mapa base do município de Curuçá**. Disponível em: <www2.sipam.gov.br/.../br/metadata.show?id=108>. Acesso em: 12 dez. 2006.

TORRES, V. L. S. **Envelhecimento e pesca**: redes sociais no estuário amazônico. Belém: Cejup, 2004.

ZANNONI, C. **Conflito e coesão**: o dinamismo Tenetehara. Brasília, DF: Conselho Indigenista Missionário, 1999.